

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRARRAZÃO :

ILUSTRÍSSIMA SENHORA PREGOEIRA OFICIAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SRA. KARLA CAVALCANTI E SILVA

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2020 (SRP)
GRUPO 10
UASG 201057

G&E SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.744.139/0001-51, com sede no SAUS, Quadra 4, lotes 9/10, Ed. Victória Office Tower, salas 733 a 736, em Brasília/DF, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, por seu representante legal que a esta subscreve, com fundamento no artigo 4º, XVIII, da Lei Federal nº 10.520/2002, e no Item 11 do Edital, para tempestivamente, apresentar

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

interposto pela empresa GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS ESPECIALIZADOS EM MÃO DE OBRA, GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E LIMPEZA EIRELI, inscrita no CNPJ nº 02.685.728/0001-20, em face da correta e hígida decisão dessa i. Administração de aceitar e habilitar a ora RECORRIDA por ter apresentado a proposta mais vantajosa, pelas razões de fato e de direito que passa a expor.

1. DO BREVE RESUMO DOS FATOS

Trata-se de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento MENOR PREÇO por lote/grupo, e modo de disputa aberto e fechado, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços de apoio administrativo, recepção e secretariado pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal – APF direta, autárquica e fundacional, no âmbito do Distrito Federal – DF, com execução realizada mediante alocação pela contratada de empregados com os cargos de Auxiliar Administrativo, Assistente Administrativo, Recepcionista, Recepcionista Bilingue, Secretário Executivo I, Secretário Executivo II e Técnico em Secretariado, com disponibilização de solução tecnológica para gestão e fiscalização contratual, por meio de aplicação web e aplicativo mobile, observadas as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

É importante destacar, de forma preliminar, que a RECORRIDA é empresa idônea no mercado, com larga experiência em contratos de mão de obra, buscando sempre a excelência nos serviços prestados, em especial à Administração Pública.

Promoveu a implantação de Sistema de Compliance (medidas de integridade) e promove de forma recorrente capacitação da área de licitações, inclusive com professores do Tribunal de Contas da União - TCU especializados em planilha de formação de preços.

A RECORRIDA apresentou proposta de preços nos moldes do edital, tendo sido acertadamente aceita e habilitada, nos termos do instrumento convocatório e da legislação em vigor, uma vez que esta detinha e detém a proposta mais vantajosa.

Ocorre que, insatisfeita com o resultado, a RECORRENTE interpôs Recurso Administrativo, destituído de fundamento, cujas razões não merecem prosperar pelos motivos a seguir expostos.

É o brevíssimo relato do necessário.

2. DO MÉRITO

Abaixo as razões de mérito pelas quais a ora RECORRIDA entende pela necessidade de manutenção do resultado do certame nos termos em que se encontra, para firmar com ela, ato contínuo, o respectivo contrato administrativo.

2.1 Do Papel do Pregoeiro

O Pregoeiro, nos certames públicos, é peça-chave para o sucesso das licitações, como a que está nas mãos de

Vossa Senhoria.

Marçal Justen Filho, ao mencionar o papel do pregoeiro, aduz que:

“É importante reconhecer que o pregoeiro é o sujeito que produzirá o surgimento de um contrato cujo objeto será necessário e útil para o perfeito desempenho das atividades da Administração Pública.

“Em outras palavras, uma contratação inadequada se refletirá sobre o universo da atividade administrativa e gerará efeitos nocivos para todos os terceiros que dela dependam.”

É papel dessa i. Pregoeira, diante disso, assegurar a observância irrestrita da legislação, do Edital e a obtenção da proposta mais vantajosa dentro do que foi exigido no instrumento convocatório, devendo existir total compatibilidade entre legalidade e economicidade.

É o que se verifica com a decisão tomada até aqui, que corretamente acolheu a proposta de preços da RECORRIDA como a mais vantajosa e a que atende, na íntegra, aos requisitos editalícios.

2.2 Da alegada proposta da RECORRIDA em desacordo com edital

A RECORRENTE alega que a proposta de preços apresentada no certame pela licitante RECORRIDA estaria em desacordo com as normas legais e o previsto no Edital.

Tal alegação apresentada pela RECORRENTE, contudo, é totalmente genérica, se quer demonstrando qual item ou qual norma teria essa RECORRIDA violado. Ao assim proceder, a própria RECORRENTE inviabiliza o exercício da ampla defesa e do contraditório.

Relata a RECORRENTE que “a declaração da recorrida como vencedora do presente Grupo não merece prosperar. É que, em uma análise minuciosa das planilhas de preço apresentadas pela G&E, foi possível identificar uma série de irregularidades que colocam em xeque a referida declaração.”

Em nenhum momento a RECORRENTE apresenta quais itens do certame a RECORRIDA não teria atendido, de forma, simplesmente a alegar genericamente possíveis desacordos.

Claramente, a RECORRENTE visa apenas tumultuar o certame, uma vez que sequer demonstra se a RECORRIDA teria descumprido alguma regra editalícia!

A ora RECORRIDA foi devidamente classificada e habilitada no certame por ter atendido a todas as regras editalícias e legais, não merecendo prosperar a alegação superficial e sem demonstrativo da RECORRENTE.

Deve o resultado do certame, também por isso, ser mantido como está!

2.3 Quanto a alegação de inexecuibilidade da proposta da RECORRIDA

Alega, também, a RECORRENTE que a proposta apresentada pela empresa RECORRIDA seria inexecuível, pois, na visão da RECORRENTE, “é impossível admitir a declaração da G&E como vencedora do presente Grupo, na medida que o valor por ela cotado em tal rubrica da planilha de preços é manifestamente inexecuível.”

A RECORRENTE, sem razão, quer fazer prevalecer entendimento TOTALMENTE GENÉRICO, sem o menor embasamento ou cabimento.

Não há fundamento para mais essa irresignação da RECORRENTE, que tenta, a todo custo, e com base em argumentação completamente frágil e destituída de plausibilidade fático-jurídico-normativa, embaraçar o correto e legítimo Pregão Eletrônico realizado por essa nobre Administração.

A hipotética inexecuibilidade apontada pela RECORRIDA não pode ser presumida. Deve, sim, ser devidamente COMPROVADA, situação da qual não se desincumbiu a RECORRENTE de fazer!

No caso em tela, a RECORRENTE alega que a proposta de preços da RECORRIDA estaria inexecuível quanto ao salário contado para a categoria de Assistente Administrativo, Auxiliar Administrativo, bem como a incompatibilidade do preço com o praticado no mercado, sem a menor comprovação dos argumentos.

A RECORRIDA sustenta que o salário-base da categoria de Assistente Administrativo está abaixo do estabelecido pelo Ministério da Economia e que houve diferença de quase R\$ 700,00 (setecentos reais) entre o valor ofertado e o parâmetro do referido Ministério. Alega que o Assistente Administrativo deveria receber R\$ 2.469,00 (dois mil, quatrocentos e sessenta e nove reais), porém aduz que o licitante previu R\$ 1.790,19 (um mil, setecentos e noventa reais e dezenove centavos).

A esse respeito, a empresa já havia elaborado um estudo específico a fim de justificar a importância adotada. Como resposta, foi utilizado como base os esclarecimentos publicados no portal Comprasnet.

Ao ser questionada acerca dos salários das categorias de Auxiliar Administrativo, Assistente Comercial e Recepcionista Bilingue, consigna-se que o Termo de Referência “não fixa o valor dos salários dos empregados que deverão ser alocados para execução dos serviços licitados, estabelecendo, entretanto, que as propostas das empresas licitantes devem observar diversas disposições nele estabelecidas, especialmente as dos subitens 1.3., 7.2. e 12.39., 22.1. e Anexo I. Para subsidiar a empresa na elaboração de sua proposta, disponibilizamos estudo

que orientou a definição dos valores estabelecidos no subitem 1.3., 22.1 e Anexo II do TR. Importante ressaltar que o processo licitatório não tratada "categoria" Assistente Comercial citada no seu questionamento."

Como se nota, considerando que o TR não estabelece a importância a ser adotada para o salário-base da categoria, a empresa elaborou um estudo prévio se precavendo em relação a essa divergência, buscando respeitar, estritamente, a legislação em vigor sobre o assunto.

A memória do cálculo foi feita com base na CCT para Auxiliar Administrativo e acrescentou-se o percentual de 40% (quarenta por cento), com a seguinte conclusão:

=> Salário do Assistente Administrativo = Piso salarial estabelecido na CCT para Auxiliar Administrativo + acréscimo de 40%

=> Piso Salarial Auxiliar Administrativo: R\$ 1.278,71

=> Acréscimo de 40%: R\$ 511,48

=> Total Salário Assistente Administrativo: R\$ 1.790,19

Não há qualquer irregularidade a ser sanada, tendo em vista que a empresa, no momento oportuno, justificou devidamente a adoção do salário-base em banco de dados de profissionais, correlacionando as atividades previstas com aquelas já desempenhadas por profissionais de mesmo nível e com funções congêneres, e considerando os itens de custo obrigatórios, conforme legislação em vigor.

Registra-se que a RECORRENTE argumenta vagamente a respeito do salário de outras categorias, aduzindo que "os valores unitários de alguns postos de serviço estão maiores que os preços atualmente praticados pela GESTOR nos contratos que possui com o MDR e/ou com o IFB, mesmo quando levamos em consideração que o ano-base de ambos os valores é o mesmo, qual seja, 2020".

Nesse ponto, existem apenas argumentos soltos e infundados. A repactuação contratual, por si só, enseja a atualização de valores de um ano para o outro. Não se pode se ter como base o parâmetro utilizado no ano de 2020 com o ano de 2021 quase finalizado, uma vez que a vigência do contrato requer certa segurança jurídica a fim de cumprir com o que foi acordado.

Além do mais, o Tribunal de Contas da União, há bastante tempo, assevera a impossibilidade de desclassificação por inexecutabilidade de preços, nestes termos:

"1.6. Dar ciência à Fundação Universidade de Brasília, com fulcro no art. 7º da Resolução TCU 265/2014, sobre a seguinte impropriedade identificada nos (...), para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrência semelhantes:

'1.6.1. a possibilidade de o presidente da comissão de licitação excluir lance cujo valor seja manifestamente inexequível, (...), contraria o entendimento deste Tribunal de que a presunção de inexecutabilidade ditada pelo art. 41 do Decreto 7.581/2011 é relativa, razão porque deve ser dada à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta como assentado no Enunciado 262 da Súmula da Jurisprudência do TCU, além de cercear o direito de o licitante confirmar o lance quando a exclusão ocorre no modo aleatório de encerramento da fase de lances, o que atenta contra os princípios da economicidade e da isonomia (precedente: Acórdão 1.620/2018-TCU-Plenário)."

(ACÓRDÃO Nº 1936/2019 - TCU - 1ª Câmara)

"c) dar ciência (...), de que a não realização de diligência com o intuito de verificar a inexecutabilidade da proposta de licitante está em desacordo com o previsto no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993, que estabelece a possibilidade de realização de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, e com os itens 9.4, 9.5 e 9.6 do anexo VII-A, da IN 5/2017 do extinto Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que assinala procedimentos a serem adotados pela Administração quando da existência de indícios de inexecutabilidade da proposta;"

(ACÓRDÃO Nº 883/2019 - TCU - Plenário)

"9.4. dar ciência ao Serviço Federal de Processamento de Dados de que:

"9.4.1. a ausência de critérios para analisar-se a inexecutabilidade dos preços das propostas, (...), afronta o art. 48, II, da Lei 8.666/1993, bem como o art. 56, § 4º, da Lei 13.303/2016;

"9.4.2. a exclusão de lances considerados inexequíveis deve ser feita apenas em situações extremas, nas quais se veja diante de preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero;

(ACÓRDÃO Nº 1620/2018 - TCU - Plenário)"

"9.3. dar ciência ao 51º Centro de Telemática do Exército Brasileiro que: (...)

"9.3.5. a inexecutabilidade de preços é presunção juris tantum e que cabe à Administração dar oportunidade ao licitante para demonstrar a viabilidade de sua proposta."

(ACÓRDÃO Nº 5966/2018 - TCU - 2ª Câmara)

"2. O juízo do pregoeiro acerca da aceitabilidade da proposta é feito após a etapa competitiva do certame (fase de lances), devendo o licitante ser convocado para comprovar a sua exequibilidade antes de eventual desclassificação. Apenas em situações extremas, quando os lances ofertados configurarem preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, gerando uma presunção absoluta de inexecutabilidade, admite-se a exclusão de lance durante a etapa competitiva do pregão.

"Empresa participante de licitação representou ao Tribunal noticiando supostas irregularidades em pregão eletrônico conduzido pelo Serpro para aquisição de software juntamente com serviços técnicos especializados, mediante criação de ata de registro de preços. Em sua peça inicial, a representante aponta, entre outras ocorrências, tratamento privilegiado que teria sido conferido pelo pregoeiro à empresa vencedora do certame, que, por três vezes, teve lances supostamente inexequíveis excluídos, quando deveria ter ocorrido a desclassificação da proposta. No entender do relator, é "definitiva a conclusão de que, nos termos da Lei do Pregão e dos decretos regulamentadores, a análise da aceitabilidade da proposta deve ser feita após a fase competitiva do certame". Portanto, "contrário sensu, o exame da exequibilidade não deve ocorrer durante a etapa competitiva, a não ser em casos extremos, onde se perceba, por exemplo, evidente erro de digitação". "Prosseguindo no raciocínio, o ministro enfatizou que não existe fundamento normativo para que o pregoeiro, com base em juízo subjetivo acerca da exequibilidade do lance oferecido, faça a exclusão de proposta no decorrer da fase de lances do pregão. Destacou, ainda, que "apenas em situações excepcionais admite-se a desclassificação da proposta quando os preços ofertados configurarem valor irrisório (na dicção do § 3º do art. 44 da Lei 8.666/1993), gerando uma presunção absoluta de inexequibilidade". Relativamente ao objeto licitado, o relator frisou que "a inexequibilidade de preços é ainda mais difícil de ser atestada quando se trata de licenças de software, visto que os custos de produção são relativamente baixos, proporcionando ao licitante a possibilidade de ofertar preços reduzidos como estratégia de mercado ou, por exemplo, para que o representante atinja determinada meta imposta pelo fornecedor". Tal fato vem ao encontro do entendimento consolidado no TCU "de que não cabe ao pregoeiro fazer juízo acerca da exequibilidade da proposta sem que o licitante seja convocado para se pronunciar". Deste modo, lembrando que "é o licitante quem deve comprovar a exequibilidade de sua oferta, e não a Administração, sem ouvir a empresa, quem deve desconsiderar a proposta", o relator concluiu que "a exclusão de lances deve ser feita somente em situações excepcionais". "Seguindo esse entendimento, o plenário do TCU, entre outras deliberações, assinou prazo para que o Serpro tornasse sem efeito a exclusão dos lances, anulando o certame caso a empresa vencedora não honrasse a proposta de preço apresentada, e deu ciência à entidade que "a exclusão de lances considerados inexequíveis deve ser feita apenas em situações extremas, nas quais se veja diante de preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero". (ACÓRDÃO Nº 1620/2018 – TCU – Plenário)

"LICITAÇÃO. PROPOSTA. PREÇO. INEXEQUIBILIDADE. PREÇO GLOBAL. A inexequibilidade de itens isolados da planilha de custos não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta (art. 48, inciso II, da Lei 8.666/1993), pois o juízo sobre a inexequibilidade, em regra, tem como parâmetro o valor global da proposta." (Acórdão 637/2017 – TCU – Plenário)

"LICITAÇÃO. INEXEQUIBILIDADE A desclassificação de proposta por inexequibilidade deve ser objetivamente demonstrada, a partir de critérios previamente publicados, e deve ser franqueada oportunidade de o licitante defender sua proposta e demonstrar sua capacidade de bem executar os serviços, nos termos e condições exigidos pelo instrumento convocatório, antes de ter sua proposta desclassificada." (Acórdão 1079/2017 – TCU – Plenário)

A questão é tão pacífica no âmbito da Corte que está até sumulada:

"SÚMULA TCU 262: O critério definido no art. 48, inciso II, § 1º, alíneas "a" e "b", da Lei 8.666/1993 conduz a uma presunção relativa de inexequibilidade de preços, devendo a Administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta."

Diante de todo o exposto, fica claro que a RECORRIDA cumpriu todas as exigências previstas no Edital, sendo correta a decisão dessa i. Pregoeira em habilitá-la, devendo-se manter o resultado da licitação tal e qual já lançado por essa nobre Administração, notadamente em razão de a RECORRIDA apresentar a melhor proposta perante a Administração, nos termos do art. 3º da Lei nº 8.666/1993.

Não há, portanto, fundamento algum para o recurso interposto, devendo ser rechaçado de imediato!

Mesmo que considerado apenas este argumento, ele não prosperar por outro fundamento, qual seja, o da prevalência do valor global nas licitações, tratado no tópico seguinte.

2.4 Da prevalência do valor global nas licitações públicas

O Tribunal de Contas da União, em mais de uma assentada, já estabeleceu que o que interessa à Administração é o valor global da proposta, inclusive em decisões recentes, assim:

"9.4. em evolução ao estatuído no item 8.3 da Decisão 907/2001-Plenário, publicada no Diário Oficial da União de 12/11/2001, firmar entendimento de que a reabertura de prazo para apresentação de novas propostas, com fulcro no art. 48, § 3º, da Lei 8.666/93, permite a ampla reformulação das propostas anteriores, observados os ajustes necessários a afastar as causas ensejadoras da desclassificação, cujo resultado não poderá ultrapassar o valor global máximo da proposta anterior de cada licitante, com exceção dos casos em que a desclassificação tenha ocorrido por inexequibilidade." (Acórdão nº 1368/2019 – TCU – Plenário)

"A análise isolada de apenas um dos componentes do preço, custo direto ou BDI, não é suficiente para caracterizar sobrepreço ou superfaturamento, pois BDI elevado pode ser compensado por custo direto subestimado, de modo que o preço do serviço contratado esteja compatível com os parâmetros de mercado. A análise deve ser feita por meio da comparação do preço contratado com o preço de referência, sendo este último composto pelo custo de

referência e pelo percentual de BDI de referência.” (Acórdão nº 1511/2018 – TCU – Plenário)

“Ementa: o TCU deu ciência à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, sobre as seguintes impropriedades, identificadas no edital e na condução da Tomada de Preços 2/2015, o que afronta a jurisprudência do TCU (Acórdãos 1.811/2014, 371/2009 e 187/2014 do Plenário, e 1.401/2014-2ª Câmara), com vistas à adoção de providências internas que previnam a ocorrência de outras semelhantes: a) a desclassificação da representante, uma construtora privada, ocorreu indevidamente, uma vez que detinha a melhor proposta global passível de ajuste com ônus suportado exclusivamente pela empresa, mediante a diminuição do lucro proposto e a manutenção do valor global da proposta; b) o edital padrão que norteou os atos da comissão de licitação restringe indevidamente as ações da comissão de licitação, que se vê impossibilitada de abrir oportunidade para que o licitante detentor da melhor proposta, ajuste as planilhas de preços ofertadas, notadamente em itens isolados e compensáveis, de maneira a não alterar sua proposta global” (itens 1.8.1.1 e 1.8.1.2, Acórdão nº 670/2016 – TCU – Plenário).

“Ainda na Tomada de Contas Especial instaurada em decorrência de supostas irregularidades verificadas em contratos de repasse celebrados entre o Departamento Penitenciário Nacional (Depen), do Ministério da Justiça, e o Governo do Estado do Maranhão, foram citadas, solidariamente, a gestora responsável e a empresa contratada em razão de indícios de dano ao erário decorrentes de: “a) aplicação de BDI único de 28% para materiais e serviços, gerando suposto prejuízo nos valores de R\$ 1.160.416,55 (Contrato 190/2008) e de R\$ 625.702,40 (Contrato 191/2008); b) inclusão de parcela referente ao IRPJ e à CSLL na composição do BDI dos ajustes, implicando prejuízo de R\$ 93.766,28, no Contrato 190/2008, e de R\$ 33.205,39, no Contrato 191/2008; e c) inclusão de rubrica genérica (‘eventuais’) na composição do BDI, o que acarretou dano ao erário de R\$ 112.945,74 e de R\$ 39.997,40 nos Contratos 190/2008 e 191/2008, respectivamente”. Analisando o mérito, o relator consignou não ser possível “afirmar haver sobrepreço apenas com base no exame isolado do BDI ou de suas rubricas. Ainda que se observe alguma inadequação no valor ou na composição do BDI, tal fato pode ser mitigado por um desconto ofertado nos custos diretos praticados pela empresa, de maneira que o preço do serviço, assim entendido como o valor do seu custo direto mais a incidência da taxa de BDI, esteja compatível com parâmetros de mercado”. Lembrou, também, que “o TCU tem considerado que a análise isolada de apenas um dos componentes do preço (custo direto ou BDI) não é suficiente para caracterizar o sobrepreço, pois um BDI contratual elevado pode ser compensado por um custo direto ofertado pela licitante abaixo do paradigma, de forma que o preço do serviço contratado esteja abaixo do preço de mercado”. Acrescentou ainda que “durante a fase de licitação, a jurisprudência do TCU entende que a desclassificação de proposta de licitante que contenha taxa de BDI acima de limites considerados adequados só deve ocorrer quando o preço global ofertado também se revelar excessivo, dado que a majoração do BDI pode ser compensada por custos inferiores aos paradigmas (Acórdão 1.804/2012-Plenário)”. Com base nessas razões e no que restou apurado nos autos, o relator concluiu no sentido de ser “insubsistente o débito apurado nesta tomada de contas especial, haja vista que a unidade técnica não analisou e cotejou o custo direto dos serviços com valores de referência, limitando-se a apontar supostas inconsistências no percentual e na composição do BDI contratual”. Nesses termos, e em face de outros aspectos analisados pelo relator, o Plenário julgou regulares com ressalva as contas dos responsáveis, dando-lhes quitação.” (Acórdão nº 648/2016 – TCU – Plenário)

“11. Quanto à alegação de que a proposta possuía vícios insanáveis na planilha de custos, quais sejam, a falta do cálculo da incidência do submódulo 2.2 sobre o submódulo 2.1 e a previsão de fornecimento de vale alimentação para 22 dias mensalmente, ante 26 dias trabalhados, há de se considerar que a contratação é por menor preço global, não havendo a possibilidade de pagamentos adicionais em função de alterações nos itens apontados pelo representante.

“12. Assim, promovidos os devidos ajustes na proposta de preços para a adequação de eventuais erros de elaboração, mantendo-se o valor final ofertado, não há que se falar em erros insanáveis ou que a proposta é inexecutável. Além disso, eventuais erros ou omissões são de responsabilidade da empresa, devendo ser absorvidos por ela e não repassados à Administração.

“13. Conforme a jurisprudência desta Corte, é indevida a desclassificação antecipada de licitantes por falhas meramente materiais, as quais poderiam ser corrigidas mediante diligência, sem alteração do valor global da proposta, conduta que se encontra em desconformidade com o atendimento do interesse público de obtenção da melhor proposta e com o princípio do formalismo moderado” (Acórdão nº 2.546/2015 – TCU – Plenário)

“A inexecutabilidade de itens isolados da planilha de custos não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta (art. 48, inciso II, da Lei 8.666/1993), pois o juízo sobre a inexecutabilidade, em regra, tem como parâmetro o valor global da proposta”. (Acórdão 637/2017 – Plenário. Representação, Relator Ministro Aroldo Cedraz)

Desse modo considerando que a RECORRIDA é a que apresentou o menor valor global no certame e, em decorrência disso, a proposta mais vantajosa para a Administração, não há fundamento algum para quer desclassificá-la do torneio, devendo-se manter o resultado da licitação tal e qual já lançado por essa nobre Administração.

2.5 Do dever da melhor administração e da escolha da melhor decisão

A Administração deve pautar sempre as decisões que toma orientada pelo dever de boa administração. Aliás, até mais que isso.

Sérgio Ferraz, a respeito do tema, afirma que:

"A Administração Pública tem, dentre as suas várias linhas principiológicas ou balizadoras, o dever de bem administrar, que não se satisfaz com a simples boa administração: é o dever da melhor administração. Em face de quatro ou cinco hipóteses boas, há uma que é a melhor sempre e essa é a única que pode ser adotada, seja pelo administrador, seja pelo juiz. E se essa é a única que pode ser adotada, o juiz tem mais que o poder, tem o dever de desfazer a decisão, quando a única não tiver sido escolhida, ainda que tenha sido escolhida uma boa, ainda que ele não possa ditar, em razão das limitações da função jurisdicional que exerce, qual a melhor para que seja seguida. Mas tem o poder constitucional de desfazer aquela que não é a melhor." (RDA 165).

Desta forma, deve-se manter a habilitação e a classificação da proposta de preços da ora RECORRIDA, visto que esta é a decisão que melhor atende aos princípios da proposta mais vantajosa, nos termos do que aduz a Lei nº 8.666/1993.

"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."

O Tribunal de Contas da União vai na mesma linha:

"1. O intuito basilar dos regramentos que orientam as aquisições pela Administração Pública é a contratação da proposta que lhe seja mais vantajosa, obedecidos os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos." (ACÓRDÃO TCU 357/2015)

Desse modo, verifica-se plenamente compatível com a legislação em vigor e com o entendimento da Corte de Contas da União a proposta de preços apresentada pela RECORRIDA, devendo ser mantida hígida tal e qual já se encontra.

Essa honrosa instituição está praticando atos que indicam a busca pela melhor administração, devendo, por esse motivo, manter a licitação tal e qual ora se encontra, com a ora RECORRIDA mantida como vencedora do páreo.

2. DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer a Vossa Senhoria se digne a:

a) CONHECER o Recurso Administrativo interposto pela empresa GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS ESPECIALIZADOS EM MÃO DE OBRA, GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E LIMPEZA EIRELI., inscrita no CNPJ nº 02.685.728/0001-20, para, no mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO, pelas razões de fato e de direito aduzidas nas presentes Contrarrazões;

b) CONVOCAR a RECORRIDA para, tão logo oportuno, celebrar o respectivo contrato administrativo decorrente deste certame;

OU, se assim não entender Vossa Senhoria

c) FAZER SUBIR as presentes Contrarrazões a Recurso Administrativo, para os mesmos fins, à AUTORIDADE SUPERIOR, com fundamento no art. 109, §4º, da Lei nº 8.666/1993.

Brasília/DF, 11 de agosto de 2021.

G&E SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA
Edna de Menezes Gonçalves
Gerente Comercial - Procuradora

Fechar